



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/RELAÇÕES PÚBLICAS**

**MICAH RIBEIRO SANTOS AGUIAR**

**IDENTIDADE E PERTENCIMENTO COMUNITÁRIO:** Percepção das atividades de relações públicas desenvolvidas pelo coletivo mulheres negras da periferia

**SÃO LUÍS**

**2025**

MICAH RIBEIRO SANTOS AGUIAR

**IDENTIDADE E PERTENCIMENTO COMUNITÁRIO:** Percepção das atividades de relações públicas desenvolvidas pelo coletivo mulheres negras da periferia

Monografia apresentada ao departamento de Comunicação Social/Relações Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Públicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Carmo Prazeres Silva

SÃO LUÍS

2025

MICAH RIBEIRO SANTOS AGUIAR

**IDENTIDADE E PERTENCIMENTO COMUNITÁRIO:** Percepção das atividades de relações públicas desenvolvidas pelo coletivo mulheres negras da periferia

Monografia apresentada ao departamento de Comunicação Social/Relações Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Públicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Carmo Prazeres  
Silva

Aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Carmo Prazeres Silva**

Universidade Federal do Maranhão

---

Examinador 2

---

Examinador 3

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ribeiro Santos Aguiar, Micah.

IDENTIDADE E PERTENCIMENTO COMUNITÁRIO : percepção das atividades de relações públicas desenvolvidas pelo coletivo mulheres negras da periferia / Micah Ribeiro Santos Aguiar. - 2025.

47 f.

Orientador(a): Maria do Carmo Prazeres Silva.

Curso de Comunicação Social - Relações Públicas,  
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Relações Públicas Comunitárias. 2. Coletivos Sociais. 3. Identidade. I. Prazeres Silva, Maria do Carmo. II. Título.

Dedico este trabalho à minha família, pelo apoio e incentivo para continuar e superar as dificuldades. E a Maria da Conceição *in memoriam*.

## AGRADECIMENTOS

Todo este trabalho é fruto de uma imensidão de esforços conjuntos, e por este motivo, eu não poderia ser uma pessoa mais grata. Primeiramente, gostaria de agradecer aos Orixás e meus guias, que me deram força e encorajamento de formas indescritíveis. Sem minha ancestralidade eu nada seria. Axé!

Agradeço imensamente à minha mãe, meu pai e minha irmã, por serem meu apoio, minha base e por serem as mãos que me levantam em todos os meus momentos de tropeços e exaustão. É para vocês sempre e se eu venço vocês vencem.

Às minhas queridas avós, Maria da Conceição (*in memoriam*) e Odinea da Conceição.

À Flávio Lima Melo, por todo esforço junto comigo, toda paciência, cuidado e gentileza. Esse processo foi mais leve com a sua presença.

Aos profissionais da saúde do Centro de Atenção Psicossocial II de São Luís, em especial à Jordanna Lima, Seu Luís e Inaldo Ribeiro. Não há palavras, então, obrigada!

À Maria Luísa e à sua mãe Bia, obrigada por me chamarem de titia e amiga.

À toda a minha família, que é enorme e impossível de citar todos. Em especial às minhas tias maternas, que sempre me mostraram o verdadeiro significado da palavra “guerreira”. E meu irmão, por ter sido um exemplo durante tantos anos e por ter me emprestado aquele livro quando eu tinha dez anos. Tenho muita gratidão por todos vocês.

Ao meu melhor amigo de infância, Jonas Pinheiro, que em todas as ocasiões possíveis foi um alívio e suspiro para toda pressão existente em ser uma jovem acadêmica no Brasil. Obrigada por sua amizade que já dura uma vida!

À Tatiana Trovão e sua família, obrigada por sonharem meu diploma junto comigo. Sempre olharei com carinho todos os momentos em que foram tão incentivadores e acolhedores comigo.

Aos professores do Departamento de Comunicação Social da UFMA. Em especial aos meus professores durante esta jornada. À educação pública brasileira, que me trouxe até

aqui. Em especial ao IFMA e a UFMA, instituições onde trilhei meu caminho durante o ensino médio e a minha graduação respectivamente.

À minha orientadora, Maria do Carmo, por ter sido tão humana, dedicada e uma verdadeira inspiração dentro de sala de aula e fora dela, como referência de ser uma mulher preta que venceu tantos obstáculos e passou por tanta coisa, mas ainda assim brilha naturalmente. Você é potência e luz, Maria do Carmo.

E, por fim, agradeço a mim mesma. Por toda luta que passei até aqui. Por todo esforço ao traçar esse caminho. É com orgulho que eu falo: eu consegui.

*“Como negra, não quero mais ser objeto de estudo,  
e sim o sujeito da pesquisa.”*

*(Djamila Ribeiro)*

## RESUMO

Os movimentos sociais são essenciais na construção identitária. No contexto comunitário, os coletivos sociais desempenham um papel importante na formação e reafirmação da identidade de pessoas e comunidades. Este trabalho aborda a comunicação em um contexto comunitário e como ações de cunho cultural se entrelaçam com práticas de relações públicas comunitárias. Para isso, o presente estudo tece uma percepção da construção identitária da comunidade do Coroadinho através das ações comunicativas e culturais realizadas pelo Coletivo Mulheres Negras da Periferia em sua sede, localizada na comunidade, Casa das Pretas. Procedeu-se a um estudo que utilizou métodos de pesquisa qualitativa, com levantamento bibliográfico e de análise relacional das produções culturais da casa das pretas às práticas de relações públicas comunitárias, através das publicações viabilizadas no período de janeiro de 2023 a junho de 2024 na conta do Instagram do Coletivo Mulheres Negras da Periferia. Destaca o papel do Coletivo no empoderamento identitário feminino e estrutural da comunidade do Coroadinho através de formativas culturais e educacionais. Foi escolhida a atividade de tambor de crioula mirim como foco da análise, por essa ação cultural elucidar os conceitos neste estudo percorridos. Para embasar o desenvolvimento da pesquisa, constituíram-se como conceitos-chave: comunidade (BAUMAN, 2003), identidade (CASTELLS, M. 2002), relações públicas comunitárias (PERUZZO, 2020) e coletivos sociais (GOHN, 2019), entre outros que contribuem para a discussão sobre raça, identidade, cultura e comunicação na ambiência digital. Os resultados provenientes deste estudo destacam como o Coletivo se utilizou do fazer comunicacional para promover o sentimento de pertencimento das crianças da comunidade do Coroadinho, fortalecendo os laços da comunidade através da cultura e da representatividade.

Palavras-chave: Relações Públicas Comunitárias; Coletivos Sociais; Identidade; Tambor de Crioula.

## ABSTRACT

Social movements are essential in identity construction. In the community context, social collectives play an important role in the formation and reaffirmation of the identity of individuals and communities. This work addresses communication in a community context and how cultural actions intertwine with community public relations practices. To this end, the present study weaves a perception of the identity construction of the Coroadinho community through the communicative and cultural actions carried out by the Coletivo Mulheres Negras da Periferia at its headquarters, located in the community, Casa das Pretas. A study was carried out that used qualitative research methods, with a bibliographic survey and relational analysis of the cultural productions of the Casa das Pretas to community public relations practices, through the publications made available between January 2023 and June 2024 on the Coletivo Mulheres Negras da Periferia Instagram account. It highlights the role of the Collective in the female and structural identity empowerment of the Coroadinho community through cultural and educational training. The activity of children's tambor de crioula was chosen as the focus of the analysis, as this cultural action elucidates the concepts discussed in this study. To support the development of the research, the following key concepts were established: community (BAUMAN, 2003), identity (CASTELLS, M. 2002), community public relations (PERUZZO, 2020) and social collectives (GOHN, 2019), among others that contribute to the discussion on race, identity, culture and communication in the digital environment. The results from this study highlight how the Collective used communication to promote the feeling of belonging of the children of the Coroadinho community, strengthening community ties through culture and representation.

Keywords: Community Public Relations; Social Collectives; Identity; Tambor de Crioula.

## SUMÁRIO

<b>1 – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 – COMUNIDADE: DA VISÃO TRADICIONAL À COMPOSIÇÃO DOS COLETIVOS SOCIAIS .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Comunicação Comunitária.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 Relações Públicas Comunitárias.....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 Coletivos Sociais.....</b>	<b>25</b>
<b>3 – IDENTIDADE E PERTENCIMENTO SOCIAL.....</b>	<b>31</b>
<b>3.1 Identidade.....</b>	<b>32</b>
<b>3.2 Identificação .....</b>	<b>32</b>
<b>3.3 Pertencimento.....</b>	<b>33</b>
<b>4 – COLETIVO MULHERES PRETAS DE PERIFERIA - ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO TAMBOR DE CRIOLA MIRIM À LUZ DAS RELAÇÕES PÚBLICAS .....</b>	<b>34</b>
<b>4.1 O contexto comunitário do Coroadinho.....</b>	<b>36</b>
<b>4.2 Produções do Coletivo.....</b>	<b>40</b>
<b>4.3 A unidade organizacional Casa das Pretas .....</b>	<b>42</b>
<b>4.4 Resultados.....</b>	<b>43</b>
<b>5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>6 – REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>

## 1 – INTRODUÇÃO

As adversidades sociais são estímulos constantes para as insatisfações e indignações populares. Isto porque, se por um lado a sociedade galgou degraus de desenvolvimento tecnológico, por outro, continua no enfrentamento político, econômico, social atravessado por questões de gênero, de raça e de classe. É através delas que os grupos sociais justificam e fundamentam seu direito à manifestação reivindicatória para alcançar os objetivos e interesses comuns.

Norteando-se por essas questões, os sujeitos sociais se organizam em grupos de interesse, em viés comunitário, cunhados conceitualmente de movimentos sociais. E, ao longo das décadas, esses movimentos se ressignificam, em reflexo às transformações tecno-digitais e os impactos na dinâmica histórica, cultural, econômica e política dos contextos sociais.

Do mesmo modo, o processo de comunicação das entidades organizacionais que congregam os movimentos sociais, e outros seguimentos com os quais precisam interagir modulou-se no formato de comunicação popular ou, no dizer de Peruzzo (1993), em uma comunicação comunitária comprometida com a realidade, as necessidades e interesses majoritários da população carente de políticas públicas. Dentre as distintas áreas do campo da comunicação, evocamos a função das Relações Públicas na mediação e visibilização dos interesses comunitários no espaço público.

Ao longo dos tempos os movimentos sociais se diversificaram em formatos de associação, cooperativas, ongs, dentre outras formas. Mais recentemente ascendeu à luta comunitária os *coletivos*, entidades que prospectam novas formas de operar a política social nos movimentos sociais. A partir dessa modalidade de engajamento comunitário, buscou-se observar as estratégias de comunicação com os públicos de interesse e as práticas de visibilização no espaço social. Identificou-se no Coletivo Mulheres Negras da Periferia de São Luís o *locus* privilegiado para observar os dados empíricos da pesquisa.

Assim, o tema da pesquisa “Identidade e Pertencimento Comunitário: percepções das atividades relações públicas desenvolvidas pelo Coletivo Mulheres Negras da Periferia” gravita no entorno da seguinte problemática: como o Coletivo Mulheres Negras da Periferia tece espaços identitários e de pertencimento social a partir de estratégias de relações públicas comunitárias manifestadas nas ações da Casa das Pretas?

Buscou-se analisar as produções culturais e comunicativas a partir de uma visão de interseccionalidade com as relações públicas visibilizadas no Instagram. Para tanto, as atividades do coletivo foram mapeadas, categorizadas a partir das suas singularidades e

relacionadas às funções de relações públicas, prospectando o fortalecimento identitário e sentido de pertencimento da comunidade do Coroadinho.

Uma vez que o Coletivo está voltado para a realidade de uma comunidade carente de políticas públicas diversificadas, as práticas ali desenvolvidas por essa entidade, por si só, acentuam a relevância deste estudo, particularmente no viés da comunicação. Também relacionamos o esforço exploratório sobre as categorias conceituais aqui apresentadas, enquanto estudo acadêmico. Citamos Peruzzo, Bauman, dentre outros autores. Consideramos, ainda, a observação programada das estratégias de visibilização dos empreendimentos levados a efeito, como esforço metodológico diferenciado.

## 2 – COMUNIDADE: DA VISÃO TRADICIONAL À COMPOSIÇÃO DOS COLETIVOS SOCIAIS

Em um mundo em constante mutação, onde a organização social se reinventa cada vez mais, as comunidades emergem como pilares fundamentais de nossa existência. Desde as origens da civilização, grupos populacionais se entrelaçam com a própria tessitura da sociedade, moldando identidades e servindo como uma espécie de base em meio às inconstâncias da vida em coletividade.

O conceito primordial de comunidade, considera a dimensão geográfica e discorre sobre a questão como um aglomerado de pessoas em um determinado local, unidas por um espaço físico compartilhado. Essa é a base elementar do que foi considerado uma comunidade por muitas décadas. No entanto, essa visão logo se tornou limitada, considerando que esses espaços também passaram por mutações e entendimentos comuns sobre si. Deste modo, apenas os aspectos geográficos se mostraram insuficientes para abarcar o sentido pleno de “comunidade” enquanto organismo social. O geógrafo brasileiro, Milton Santos (2000) reflete sobre como as primeiras sociedades humanas se organizavam. Os seres humanos viviam em comunidades pequenas e tinham uma relação direta com o ambiente natural por necessidade. Eles dependiam da natureza para sobreviver através da caça, coleta, agricultura primitiva e, ao mesmo tempo, moldavam o espaço ao seu redor por meio de suas atividades.

As modificações e interações com o espaço habitado deram origem às primeiras formas de organização social, cultural e econômica, que são a base da história humana. Neste contexto, havia uma territorialidade, ou seja, tudo estava intimamente ligado porque as pessoas dependiam diretamente do território para sobreviver e organizar sua vida. Milton Santos (2000), sugere que essas primeiras sociedades tinham uma "territorialidade genuína", ou seja, uma relação autêntica e direta com o espaço onde viviam. Essa genuinidade se dava intrinsecamente porque o território habitado era central para todas as atividades humanas: ele fornecia os meios de subsistência, o que se dá como economia; influenciava as formas de organização social, moldando a política; ditava os costumes e tradições, que vêm a formar o conjunto cultural de um povo; e até determinava os modos de comunicação, ou seja, a melhor forma linguagem a ser utilizada. “Havia, por conseguinte, uma territorialidade absoluta, no sentido que, em todas as manifestações essenciais de sua existência, os moradores pertenciam àquilo que lhes pertencia, isto é, o território.” (Milton Santos, 2000, pág. 31). Esse sentido de pertencimento, também é refletido em outros autores que discorrem a ideia do coletivo como uma comunidade.

O autor ainda insere outros conceitos baseados nesse contexto e tipo de organização histórica:

Isso criava um sentido de identidade entre as pessoas e o seu espaço geográfico, que lhes atribuía, em função da produção necessária à sobrevivência do grupo, uma noção particular de limites, acarretando, paralelamente, uma compartimentação do espaço, o que também produzia uma ideia de domínio. Para manter a identidade e os limites, era preciso ter clara essa ideia de domínio, de poder. A política do território tinha as mesmas bases que a política da economia, da cultura, da linguagem, formando um conjunto indissociável. Criava-se, paralelamente, a ideia de comunidade, um contexto limitado no espaço. (Milton Santos, pág. 31).

Esse sentido de identidade surge porque o território não era apenas um espaço neutro ou abstrato; ele era essencial para a sobrevivência e para a construção da vida social. As pessoas se viam como parte do território e o território era parte delas. Para manter a preservação da identidade coletiva e os limites do território, as comunidades precisavam exercer algum tipo de controle ou poder sobre o espaço utilizado. Esse poder não era necessariamente autoritário, mas sim uma forma de garantir que o território continuasse a servir às necessidades do grupo. A política aplicada no território seguia a mesma base de pensamento que todas as outras dimensões utilizadas no espaço. Essas dimensões não eram separadas, mas formavam um conjunto indissociável, ou seja, tudo estava conectado e influenciava tudo. Essa construção de relação entre as pessoas e o território resultava na criação de uma comunidade. Essa comunidade era limitada no espaço porque estava confinada aos limites do território que o grupo considerava seu. Essa ideia de comunidade é vista como algo que emerge naturalmente da interação entre as pessoas e o espaço geográfico. O território não era apenas um cenário passivo, mas um elemento ativo que moldava a identidade e a organização social do grupo.

No entanto, comunidades para além do sentido geográfico atrelado à território, também é definido como um sentimento de pertencimento, um laço invisível que une indivíduos em torno de valores, interesses e objetivos comuns. Essa perspectiva cria a ideia de um lar emocional onde cada membro se sente acolhido e valorizado. O sociólogo Zygmunt Bauman (2003, p. 15), conceitua comunidade através do próprio entendimento do ser “comunitário”:

“O entendimento ao estilo comunitário, casual (*zuhanden*, como diria Martin Heidegger), não precisa ser procurado, e muito menos *construído*: esse entendimento já está lá”, completo e pronto para ser usado — de tal modo que nos entendemos “sem palavras” e nunca precisamos perguntar, com apreensão, “o que você quer dizer?”. O tipo de entendimento no qual a comunidade se baseia *precede*

todos os acordos e desacordos. Tal entendimento não é uma linha de chegada, mas o *ponto de partida* de toda união. É um “sentimento recíproco e vinculante” [...].”

O autor está se referindo à ideia de que, em uma comunidade, o entendimento mútuo entre seus membros é algo que já existe naturalmente. Ele usa o termo "*zuhanden*", que vem da filosofia de Martin Heidegger, para descrever esse tipo de entendimento. *Zuhanden* significa "pronto-à-mão" ou "disponível para uso". Na filosofia de Heidegger, isso se refere a objetos ou situações que estão integrados ao nosso cotidiano ao ponto de que os usamos sem pensar conscientemente sobre eles. Por exemplo, quando você usa uma ferramenta familiar, como um martelo, você não precisa parar para pensar sobre como segurá-lo ou usá-lo, ele simplesmente "está lá", pronto para ser usado.

Ao aplicar isso ao contexto do entendimento comunitário, Bauman sugere que o modo como as pessoas de uma comunidade se entendem é algo que já existe e é acessível, como um recurso natural, sem necessidade de esforço consciente para criá-lo. Esse entendimento comunitário é implícito e pré-verbal, as pessoas que vivem ali compartilham de um mesmo conjunto de normas, valores, crenças e modos de agir familiar ao ponto de não precisarem ser explicados verbalmente. É comum de agrupamentos familiares ou em uma pequena comunidade rural, os membros saberem intuitivamente como agir em determinadas situações porque compartilham uma base cultural comum. Esse sentido e entendimento comunitário é fundamental e anterior a qualquer acordo ou desacordo específico, e é também o "ponto de partida" porque é a partir dele que as pessoas podem começar a construir relacionamentos, resolver conflitos, tomar decisões coletivas e criar novas formas de convivência.

O sentimento descrito por Bauman sobre estar em comunidade ganha mais espaço e relevância no cenário da atualidade. Isso porque, para o sociólogo a palavra “comunidade” sugere sentimento de aconchego, de lar. Nesse sentido, ele diz: “a palavra ‘comunidade’ [...] sugere uma coisa boa: o que quer que ‘comunidade’ signifique, é bom ter ‘comunidade’, ‘estar em comunidade’” (BAUMAN, 2003, p.7).

Comunidades, principalmente em áreas periféricas urbanas, favelas e zonas rurais habitadas por povos tradicionais, se erguem como bandeiras de pertencimento, luta e orgulho. São espaços de resistência, onde a união e a colaboração se tornam ferramentas para superar as adversidades e construção de um futuro melhor.

Por outro lado, é preciso romper a barreira da invisibilidade a qual estão submetidos esses grupamentos sociais e fazer emergir a dimensão comunicativa das práticas

de fortalecimento identitário e de pertencimento dos sujeitos que integram essas realidades. Nesse sentido, considerar o papel da comunicação nos processos de divulgação, sensibilização e mobilização em prol das demandas da comunidade é, essencialmente, adotar posturas estratégicas de demarcação discursiva dos agentes e sujeitos comunitários. Para a comunicação o conceito de comunidade não se difere muito da conceituação sociológica:

Comunidade pressupõe a existência de vínculos sólidos entre seus membros, identidades e interesses em comum. Implica em compartilhamento de objetivos e na participação ativa das pessoas na vida da comunidade (Peruzzo, 2020, p. 2).

A visão da comunicação destaca como é necessário que a comunidade tenha valores objetivos e interesses em comum, como alicerce para a participação ativa dos seus integrantes na luta diária da vida comum. É também importante frisar sobre o papel da comunicação comunitária na luta pela emancipação da comunidade a partir de estratégias de fomento e visibilização do protagonismo e da luta histórica dos agentes e sujeitos comunitários.

A comunicação na totalidade, pode assumir um papel fundamental na concretização da cidadania de forma igualitária, assumindo responsabilidades como disseminar informações necessárias e importantes, não só às massas que regem uma sociedade, como também aos públicos que estão em uma massa marginalizada socialmente. A oportunidade de participação de líderes comunitários e, até mesmo, pessoas ditas “comuns” de dentro das comunidades é onde os esforços da comunicação comunitária atuam para a emancipação e alcance da cidadania de modo a atingir a equidade social.

A questão aventada até aqui ganha singularidades com os dispositivos tecnológicos digitais que proporcionaram novos modelos de interação, mormente com o surgimento das redes sociais digitais. Fala-se então de comunidades digitais ou comunidades virtuais. Tanto uma como a outra são denominações que remetem a processos de interação que encontram na internet sua alavanca existencial. A partir de então os movimentos sociais, dentre esses os coletivos, ampliam seus espaços de atuação.

[...] as comunidades virtuais são os agregados sociais surgidos na Rede, quando os intervenientes de um debate o levam por diante um número e sentimento suficientes para formarem teias de relações pessoais no ciberespaço. (RHEINGOLD, 1993, p. 18)

O autor Howard Rheingold apresenta uma definição clássica sobre o que são comunidades virtuais, destacando como elas se formam e se consolidam em ambientes digitais tais como as redes sociais — *WhatsApp, Instagram e Facebook*, por exemplo. Essas comunidades virtuais não são algo físico ou geograficamente limitado, mas sim um fenômeno emergente da interação humana mediada pela tecnologia. A "Rede" mencionada é a internet que serve como o espaço onde esses grupos se formam. Em outras palavras, as comunidades virtuais são construídas por indivíduos que, mesmo estando fisicamente distantes, encontram na internet um ponto de encontro para se conectar.

Uma comunidade virtual não surge do nada. Ela começa quando as pessoas participam ativamente de discussões ou interações online. Essas interações podem ser debates, trocas de mensagens, colaborações ou até mesmo brincadeiras. O importante é que haja engajamento contínuo entre os participantes, ou seja, eles precisam "levar o debate adiante" — continuar contribuindo e manter a conversa viva.

O processo de participação ativa é crucial para que a comunidade ganhe forma e relevância. Sem interação, não há como criar vínculos ou desenvolver uma sensação de pertencimento. Rheingold destaca dois elementos fundamentais para a formação de uma comunidade virtual: não basta apenas uma ou duas pessoas; é preciso que haja um grupo com força o suficiente para sustentar e criar dinâmicas sociais; e para que uma comunidade virtual se consolide, os participantes precisam desenvolver laços emocionais, confiança e empatia uns com os outros.

Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre os projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais. (LÉVY, 2000, p. 127)

O "sentimento" mencionado é o que transforma um simples grupo de discussão em uma verdadeira comunidade, onde as pessoas se importam umas com as outras e se sentem parte de algo maior. O autor enfatiza que as comunidades virtuais não são apenas sobre troca de informações, mas também sobre a construção de relações interpessoais. Essas conexões podem ser tão significativas quanto aquelas formadas no mundo físico, mesmo que ocorram inteiramente online. As pessoas podem desenvolver amizades, parcerias, mentorias e até mesmo movimentos sociais a partir dessas interações, mas é importante que exista uma base comum de afinidades.

Uma comunidade virtual pode, por exemplo, organizar-se sobre uma base de afinidade por intermédio de sistemas de comunicação telemáticos. Seus membros estão reunidos pelos mesmos núcleos de interesses, pelos mesmos problemas: a geografia, contingente, não é mais nem um ponto de partida, nem uma coerção. Apesar de ‘não-presente’, essa comunidade está repleta de paixões e de projetos, de conflitos e de amizades. Ela vive sem lugar de referência estável: em toda parte onde se encontrem seus membros móveis... ou em parte alguma. (LÉVY, 2007, p. 20)

Uma característica revolucionária das comunidades virtuais é a superação das barreiras geográficas. Tradicionalmente, as comunidades humanas eram limitadas pela localização física — as pessoas interagiam principalmente com quem vivia perto delas. No entanto, no caso das comunidades virtuais, a geografia deixa de ser relevante. Embora as comunidades virtuais existam apenas no ambiente digital, elas ainda são profundamente humanas. Elas não são meramente técnicas ou superficiais; ao contrário, envolvem emoções, conexões pessoais e atividades significativas. Portanto, seguem ainda comungando dos mesmos estímulos comunitários dos contextos analógicos.

## **2.1 Comunicação Comunitária**

Foi, primariamente, com a ideação do alcance da cidadania através da emancipação em sua comunicação, de líderes comunitários e de bairros, centros comunitários e populações que não tinham um melhor acesso à comunicação, que se fomenta e baseia a comunicação comunitária. Nesse sentido, as organizações e instituições, começaram a enxergar a real necessidade de transparência e da ação democrática, por consequência, era notável que os modos já tradicionalmente usados de fazer comunicação, não eram mais os adequados a suprir o cerne da sociedade. A imprensa e as ações comunicativas centradas no jornalismo empresarial, focadas somente nos produtos, não davam mais conta de atender às novas demandas sociais. Houve, então, um entendimento de que era extremamente necessário outro olhar para se fazer comunicação no Brasil (Kunsch, 2022, p. 21–22).

No entanto, esse mesmo entendimento já era difundido entre pessoas da população que faziam parte das frentes de resistência e luta contra a opressão ditatorial. É de conhecimento coletivo o modo como as classes culturais e artísticas se posicionaram em resistência durante a Ditadura Militar no Brasil. Essas frentes de luta se estenderam também até as mentes intelectuais e científicas da pesquisa em comunicação, que levaram a debates, produções e publicações que foram bases para a perspectiva crítica das relações públicas. Foi neste contexto social e histórico que se iniciou a comunicação que veio se contrapor ao

domínio do poder político e econômico e em favor das classes subalternas: a comunicação popular, ou mais comumente conhecida como, comunicação comunitária.

A comunicação de cunho social, possuía como uma base sólida a “educação libertadora” de Paulo Freire, “para sugerir que, no trabalho comunitário, o profissional de relações públicas deveria se posicionar como alguém que se integra no grupo e não como um mero transmissor de conhecimentos, com soluções prontas para aquele grupo” (KUNSCH, 2022, p. 25). Embora Paulo Freire seja essencialmente da área da educação, muitos conceitos desenvolvidos por ele foram assimilados para a comunicação comunitária. Quando o educador versa sobre a democratização da cultura, diz respeito principalmente sobre o povo também ser produtor de cultura. O patrono da Educação Brasileira acredita que as pessoas podem se tornar protagonistas da cultura e da história através da consciência crítica, no entanto, essa consciência somente é alcançada quando há uma descoberta da própria pessoa, não é uma transferência de conhecimento. Ou seja, para Paulo Freire a importância está em colocar à disposição das pessoas as ferramentas para que elas, por si próprias, possam alcançar seu protagonismo social.

Assim como a educação pela visão de Paulo Freire, a comunicação comunitária também tem como um de seus objetivos a emancipação popular através da informação. Com a educação, as pessoas conseguem alcançar a cidadania e se posicionar na sociedade como um sujeito ativo. Peruzzo (2017), já afirmava que essa transformação social, que ambas as áreas da educação social e da comunicação comunitária almejam, pode ser realizada através da conscientização crítica da realidade.

A comunicação popular, alternativa e comunitária — uma vez inserida em dinâmicas mais amplas de mobilização social – contribui para fomentar um processo de educação informal que favorece a conscientização, o desenvolvimento social e a ampliação da cidadania. Portanto, voltado para a transformação da realidade, ao contribuir para a desalienação humana e para um novo conhecimento.

Todavia as comunicações comunitárias, ainda tinham mais um desafio em sua prática: romper os modos conservadores e tradicionais que eram realizados pelas empresas. O pensamento predominante era de que apenas ter ciência das problemáticas sociais e “ajudar” financeiramente, era o bastante. A comunicação comunitária, não é “para” as comunidades como somente um público alvo, Relações Públicas com a Comunidade se caracterizam como as relações que as instituições privadas ou públicas, estabelecem com um dos seus públicos,

denominado “comunidade” (Peruzzo, 1999). Ao contrário disso, a comunicação comunitária é feita pela comunidade, logo:

[...] não basta um programa de televisão ou uma emissora de rádio se autodenominar comunitário, assim como não basta estar situado numa pequena localidade e saber falar a língua do “povo” ou “das coisas do povo” para caracterizar-se como comunitário, pelo menos não no sentido profundo da palavra e práticas inerentes ao comunitarismo como compromisso com a vida, com o interesse público (Peruzzo, 2020, p.5-6).

Com o pensamento mais crítico e politização das comunidades, as pessoas conseguem diferenciar quando existe um interesse político e econômico e quando a comunicação proposta é feita para abraçar as reais necessidades existentes. Peruzzo (2020, p. 2) ressalta como essa comunicação é feita de modo a ser natural, enquadrada de demandas de uma comunidade:

No conjunto, caracterizando a comunicação comunitária é sua organicidade com alguma comunidade, ou seja, ela pertence a uma comunidade, é feita por ela e para ela, salvo algumas exceções em que pessoas ou grupos cívicos, mesmo sem a participação ampla das pessoas da comunidade, “representam” uma comunidade ou segmento social específico, porém, igualmente desenvolvendo um trabalho comunicativo de caráter comunitarista. (Peruzzo, 2020, p. 2)

Antes de caracterizar mais objetivamente a comunicação comunitária, é importante se ter em mente que:

A comunicação popular se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de existência que ocorrem a partir dos movimentos populares e demais organizações cívico-comunitárias, e representam um espaço para participação democrática dos segmentos organizados da população na feitura da comunicação a partir de suas demandas e visões de mundo. Às vezes a comunicação comunitária extrapola as práticas dos movimentos populares, embora sua razão de ser primordial seja estar no seu interior e representar um canal de comunicação destes movimentos. (Peruzzo, 2020, p. 7)

A comunicação comunitária segue o conceito da educação libertadora pela visão de Paulo Freire, desta forma quando o assunto é comunicação popular e comunitária, além das formas de comunicação dialógica direta que fazem parte de sua performance, há o empoderamento de canais de comunicação nos diferentes sistemas tecnológicos (Peruzzo, 2020, p. 2).

Fornecer as ferramentas necessárias para uma comunidade conseguir se emancipar de dominâncias de classes ditas superiores e se colocar como protagonista do seu próprio

contexto social, é uma das características que norteiam o ser da comunicação e das relações públicas comunitárias. Segundo Festa (1984, p. 170):

Comunicação popular refere-se ao modo de expressão das classes populares conforme a sua capacidade de atuar sobre o contexto social na qual ela se reproduz. Contexto de enfrentamento com o projeto de dominação capitalista. Nesse contexto, a comunicação popular é o agente da definição do projeto popular, que vai conformando a inter-relação entre grupos e classes populares e a sua incapacidade atual de articular alianças políticas. Daí porque ela se expressa em espaços determinados como nas CEBs, sindicatos, grupos de mulheres, centros de educação e comunicação popular, grupos culturais, movimento de favelados, etc.

Desta forma, podemos afirmar que o conceito dado por Peruzzo (2020, p. 7) reflete e sintetiza as principais, ou mais marcantes, características da comunicação comunitária:

Em síntese, a comunicação comunitária, popular e alternativa se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de existência que ocorrem a partir dos movimentos populares e demais organizações cívico-comunitárias, e representam um espaço para participação democrática dos segmentos organizados da população na feitura da comunicação a partir de suas demandas e visões de mundo. Às vezes a comunicação comunitária extrapola as práticas dos movimentos populares, embora sua razão de ser primordial seja estar no seu interior e representar um canal de comunicação destes movimentos (Peruzzo, 2020, p. 7).

As ideias do ser e fazer comunitário, mesmo com alterações dos pontos de vista de cada autor, ainda possui a mesma base e significância: colocar a comunidade como protagonista em sua própria luta por cidadania. A comunicação fornece ferramentas, técnicas e até mesmo a humanização da comunicação para esta ser utilizada como esse considerado novo público de interesse necessita.

## **2.2 Relações Públicas Comunitárias**

No início do século XX, a América do Norte já estava sob o monopólio do regime capitalista, no entanto, as relações entre as classes, as organizações e seus públicos de interesse começaram a ser um fator de preocupação por parte das grandes organizações. Quando houve uma intenção de equilibrar as relações de produção, propiciando um melhor entendimento e diálogo entre os interesses públicos e os interesses privados, as Relações Públicas se firmam na sociedade norte-americana.

Por um longo período, os conceitos do que são as relações públicas e as delimitações de suas práticas foram foco de debates e estudos. Existem diferenças de visão entre autores dessa área da comunicação, no entanto, há um consenso sobre como as relações públicas são

plural e multifacetada, adotando características próprias de ambiente para ambiente conforme as organizações e seus públicos alcançam. Para Kunsch (2009, p. 54):

Entendemos as Relações Públicas como parte integrante do subsistema institucional das organizações, cabendo-lhe o papel fundamental de cuidar dos relacionamentos públicos dos agrupamentos sociais que podem ser conjurados a partir de diferentes tipologias e características estruturais, envolvendo das organizações públicas às empresas privadas e aos segmentos organizados da sociedade civil. Tal incumbência implica uma série de questões que envolvem planejamento, gestão, processos, técnicas, instrumentos, desempenho de funções e atividades com bases científicas e suporte técnico e tecnológico.

As Relações Públicas se caracteriza como um campo estratégico e essencial no funcionamento das organizações. No cerne das funções das relações públicas, está o gerenciamento dos relacionamentos públicos. Ou seja, a responsabilidade de criar e manter boas relações entre a organização e os diversos públicos com os quais ela interage. Nesse propósito, as relações públicas concentram, prioritariamente, seu haver (existir) para o fortalecimento identitário e reputacional das entidades e dos contextos nos quais vigoram.

Em se tratando de contextos comunitários é fundamental às relações públicas firmarem entendimento conceitual da comunicação comunitária mencionada acima. Sobre a questão Peruzzo diz:

Entende-se comunicação comunitária como aquela vinculada a manifestações organizativo-coletivas e populares em localidades específicas (proximidade geográfica e de interesses) e/ou desenvolvida por comunidades específicas demarcadas por lações de identidades culturais e sentimento comum. ( PERUZZO, 2008,P.1).

Atuando em contextos e frentes variadas e considerando os princípios da comunicação comunitária, a inserção das relações públicas nos movimentos populares de mobilização, a exemplo daquele empreendido pelo Coletivo Mulheres Negras da Periferia não prescindem da lógica que orienta a ação desses movimentos ou, no dizer de Peruzzo (2008, p.04), “não se trata de o profissional de relações públicas constituir-se representante ou mediador de organizações populares ou movimentos sociais, mas de fazer com que se auto representem”.

De todo modo, a tabela 1, descrita abaixo, configura orientador operacional para o agir das relações públicas comunitárias:

Tabela 1: Princípios norteadores para a ação das relações públicas comunitárias

Democracia/ pluralismo	o respeito à pluralidade de vozes e o espaço para participação democrática é condição sine qua non para o exercício da comunicação cidadã.
Representati vidade	trabalhar com representantes dos diversos setores organizados dentro de cada localidade e instituir o caráter coletivo como força inspiradora das ações e decisões.
Participação ativa	é o patamar mediador de como a democracia é exercida no nível da produção de conteúdos, do planejamento e da gestão da própria organização. O protagonismo principal deve ser do próprio cidadão
Autonomia	é a base para a ação independente. Requer negociação e estabelecimento de regras claras, como por exemplo, o não cerceamento à liberdade de informar e a aplicação dos recursos com a finalidade de garantir a funcionamento da unidade comunicacional e não para o lucro particular.
Conteúdos	espera-se que sejam condizentes às finalidades de desenvolvimento social, educativo e cultural, além de serem colados à realidade local (assuntos específicos relativos às necessidades, problemas, conquistas, criação artística autóctone etc.).
Força motriz	ampliação do exercício dos direitos e deveres de cidadania com vistas a constituição de uma sociedade livre, justa e igualitária.

Fonte: Peruzzo, 2008.

Observa-se no quadro acima indicativos para o agir das relações públicas em prol dos movimentos e entidades comunitárias, adequando procedimentos compatíveis com programas de comunicação com públicos específicos, tais como a própria comunidade, imprensa, órgãos públicos, empresas e toda sorte de entidades que impactem direta ou indiretamente a comunidade na qual a entidade em questão esteja situada.

Cada situação vai requerer intervenções comunicativas singulares, a exemplo das citadas por Peruzzo:

Em termos práticos as relações públicas se valem de vários instrumentos e são capazes de conduzir programas que pode ajudar as lideranças e organizações populares a efetivação ( planejamento e execução) das atividades concernentes às relações com a

imprensa, contatos com órgãos públicos, etc; na preparação de entrevistas, nos materiais audiovisuais, em campanhas institucionais e educativas, nas campanhas institucionais, na preparação de pesquisas para averiguar tendências, interesses e a opinião dos públicos em relação a atuação da organização ou movimento.

As ilustrações apresentadas não esgotam as possibilidades de atuação das relações públicas no contexto comunitário, mas, sobretudo, se inserindo de modo orgânico para que os participantes do movimento, em movimento democrático, atinjam seus objetivos.

De modo mais específico, retomamos os pontos levantados por Kunsch (2009, p. 54) sobre as competências das Relações Públicas, é função quando categoriza as funções das RP:

- a) Pesquisar;
- b) Planejar;
- c) Executar;
- d) Divulgar.

Em outras palavras, trata-se de investigar o público e suas necessidades, planejar ações estratégicas com base nas características e demandas identificadas, desenvolver produtos comunicativos, promover a mediação entre os públicos envolvidos e suas respectivas demandas, bem como garantir a visibilidade dessas ações.

### **2.3 Coletivos Sociais**

Ao iniciarmos a temática de movimentos sociais, observamos a definição da socióloga Maria da Glória Gohn, do que é considerado movimento social. Para Gohn, “Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural...” (GOHN, 2019. Página 14). Um movimento social é sempre fruto de uma ação coletiva, ou seja, envolve um grupo de pessoas unidas em torno de objetivos comuns. Essas pessoas se organizam para enfrentar problemas ou demandas específicas, buscando transformações na sociedade. Tais movimentos surgem como resposta a conflitos e tensões nas esferas sociopolítica, econômica ou cultural.

Para a autora, os movimentos sociais geralmente têm adversários claros — ou seja, há grupos, instituições ou sistemas que são vistos como responsáveis pelo problema que o movimento busca resolver. A autora também menciona que muitos movimentos sociais possuem uma liderança verticalizada, ou seja, há figuras ou grupos que ocupam posições de

comando e tomada de decisões dentro da estrutura do movimento. No entanto, ela aponta que as ideias circulam de forma vertical, o que significa que as decisões e orientações dos líderes são transmitidas para a base, mas ainda assim mantém certa coerência com os princípios coletivos.

Alberto Melucci, sociólogo italiano, percebeu que, nos anos 1970 e 1980, os movimentos sociais começaram a rejeitar modelos tradicionais de organização política, que eram baseados em uma centralização do poder e em pautas verticalizadas. Essa recusa reflete uma mudança no modo como as pessoas entendiam o poder e a organização social. Em vez de seguir estruturas rígidas, esses novos movimentos buscavam formas mais horizontais e descentralizadas de organização. “Nos últimos vinte anos surgem novas formas de ação coletiva em áreas anteriormente intocadas pelos conflitos sociais...” (MELUCCI, 1989. Página, 1).

O autor afirma que surgiram novas formas de ação coletiva que não cabiam mais nos moldes dos movimentos sociais tradicionais. Isso significa que os conflitos e as lutas deixaram de ser apenas sobre questões econômicas ou industriais — como greves operárias ou disputas sindicais — e passaram a abordar áreas antes "intocadas" pelos conflitos sociais. Por exemplo, movimentos feministas, ambientalistas, LGBTQIA+, culturais e étnicos começaram a ganhar força, questionando aspectos mais amplos da vida social, como identidade, valores culturais e modos de vida. O autor prossegue em suas análises mencionando que:

“(...) Os conflitos saem do tradicional sistema econômico-industrial para as áreas culturais: eles afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual...” (MELUCCI, 1989. Página 10).

Tradicionalmente, os conflitos sociais estavam centrados no sistema econômico-industrial, ou seja, nas relações de trabalho, produção e distribuição de riquezas. Por exemplo, os movimentos operários lutavam por melhores condições de trabalho, aumento de salários e redução de jornada. No entanto, Melucci observa que, a partir dos anos 1970, os conflitos começaram a se deslocar para áreas culturais e simbólicas, afetando aspectos mais subjetivos e cotidianos da vida das pessoas.

Os novos conflitos passam a influenciar aspectos como: identidade pessoal, as pessoas começaram a questionar quem elas são, como são vistas pela sociedade e como querem ser reconhecidas; tempo e espaço na vida cotidiana, os movimentos passaram a

discutir como o tempo livre, o ambiente urbano e as rotinas diárias impactam a qualidade de vida; motivação e padrões culturais da ação individual, as pessoas começaram a refletir sobre suas motivações internas e os valores culturais que orientam suas escolhas e comportamentos. As questões referidas acima marcam uma transição social importante que se fez refletir na atuação dos movimentos sociais, uma vez que os conflitos não estavam apenas nas relações de produção, mas também nas formas como as pessoas vivem, se relacionam e constroem significados para suas vidas.

Desse modo, fez-se urgente pensar novas formas de mobilização, na qual a diversidade de atores sociais fosse considerada. E, nesse contexto, conforme a pesquisadora Claudia Paim, emergem os *coletivos sociais* que se formam e agem de forma multidisciplinar. Esses coletivos consistem em forma diferenciada de intervenção na comunidade e incluem um modelo mais horizontalizado no seu modo de agir organizacional. A esse propósito, Paim diz que coletivos sociais são:

os agrupamentos de artistas ou multidisciplinares que, sob um mesmo nome, atuam propositalmente de forma conjunta, criativa, autoconsciente e não hierárquica... (PAIM, 2009. Página 11).

Os coletivos podem incluir não apenas artistas tradicionais, mas também profissionais de outras áreas como cientistas, filósofos, designers, tecnólogos, entre outros, que se unem em prol de um ideal ou pensamento comum. Esses agrupamentos atuam sob uma identidade coletiva, ou seja, compartilham um nome ou marca que os representa. Isso cria uma unidade simbólica, mesmo que os membros tenham diferentes funções ou origens. As novas formas de organização comunitária refletem as transformações sociais, econômicas e culturais das diferentes épocas.

Tradicionalmente, as formas mais populares de organização, como associações de moradores e sindicatos, surgiram como resposta às demandas por direitos básicos, como moradia digna, melhores condições de trabalho e acesso a serviços públicos. O *modus operandi* dessas entidades geralmente seguiam uma ordem hierárquica, com lideranças bem definidas e pautas específicas, muitas vezes centradas em questões materiais e imediatas. Com o passar do tempo, surgiram as ONGs (Organizações Não Governamentais), que ampliaram o escopo das lutas para temas globais, como direitos humanos, meio ambiente e desenvolvimento social, incorporando uma visão mais técnica e institucional.

No entanto, nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 1970, observou-se uma mudança significativa com o surgimento dos coletivos sociais, que

romperam com os modelos tradicionais ao adotar estruturas horizontais, descentralizadas e multidisciplinares. Esses coletivos, muitas vezes ligados a questões identitárias, culturais e ambientais, passaram a valorizar a criatividade, a autoconsciência e a participação igualitária, refletindo uma nova compreensão da política que vai além das disputas econômicas e se conecta com dimensões subjetivas e simbólicas da vida cotidiana. Para Maria da Glória Gohn, no que diz respeito ao conceito de coletivo social é possível afirmar que:

(...) Os coletivos, ao contrário de movimentos ou outras formas mais tradicionais, são agrupamentos fluidos, fragmentados. Horizontais, e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos. (GOHN, 2019. Página 11).

Assim, a evolução das formas de organização política demonstra não apenas uma diversificação das causas defendidas, mas também uma redefinição das próprias práticas de engajamento coletivo na sociedade contemporânea. Na cidade de São Luís, pode se ter como grande exemplo das ações e resultados dos coletivos sociais, o Coletivo *Dan Eji*, formado por representantes e participantes de religiões de matrizes africanas do Maranhão.

Figura 1 - Manifestação Organizada pelo Coletivo *Dan Eji*



Foto: Agência Tambor

No final do ano de 2023, em São Luís, houve ataques seguidos e depredações à estátua do Orixá Iemanjá, localizada na praia do Olho D'água. Depois dos acontecimentos, e

das pequenas reformas para a reconstrução, os eventos de vandalismo voltam a ocorrer, o que também resultou em ataques de racismo e intolerância religiosa em redes sociais.

Figura 2 - Manifestação Organizada pelo Coletivo *Dan Eji* na estátua de Yemanjá



Foto: Agência Tambor

O Coletivo organizou manifestações e reuniões com autoridades locais, chegando a conseguir reuniões oficiais com o Ministério Público do Maranhão e até mesmo com o Governo Federal do Brasil. Foram colocadas agendas e projetos oficiais de combate ao racismo e intolerância religiosa no Maranhão.

Figura 3 - Conversa com o Ministério Público do Maranhão do Coletivo *Dan Eji*



Foto: Agência Tambor

Destaca-se, como exemplo relevante das ações e impactos gerados pelos coletivos sociais, o trabalho desenvolvido pelo Coletivo Mulheres Negras da Periferia, um grupo atuante na cidade de São Luís. Este coletivo exemplifica de maneira significativa a capacidade dessas organizações coletivas de promover transformações concretas nas comunidades e nos contextos em que estão inseridas. Por meio de suas atividades, o Coletivo Mulheres Negras da Periferia não apenas visibiliza as questões relacionadas ao racismo, à desigualdade de gênero e às vulnerabilidades socioeconômicas enfrentadas pelas mulheres negras moradoras de áreas periféricas, como também propõe soluções inovadoras e colaborativas para enfrentar essas problemáticas.

Tais intervenções demonstram o potencial dos coletivos sociais em articular lutas locais com demandas globais, fortalecendo redes de solidariedade, empoderamento e resistência cultural. Além disso, essas ações refletem um compromisso contínuo com o fortalecimento das identidades e a promoção de direitos fundamentais, evidenciando o papel estratégico desses movimentos sociais e coletivos no processo de construção de sociedades mais justas e inclusivas. Em suas atuações dinâmicas e engajadas, os coletivos se configuram como agentes de mudança social que transcende os limites geográficos de sua atuação, inspirando outras iniciativas e amplificando vozes historicamente marginalizadas.

### **3 – IDENTIDADE E PERTENCIMENTO SOCIAL**

São diversos os vieses que observa-se a identidade. Campos de estudos como psicologia, ciências sociais e a comunicação abordaram sobre a temática. A construção da identidade dentro de uma sociedade é um processo complexo que envolve a interação de diversos fatores, como cultura, história, contexto social, e relações interpessoais. Desde o nascimento, os indivíduos são imersos em uma rede de influências sociais que moldam suas crenças, comportamentos e percepções de si mesmos e do mundo ao redor.

A relação entre pertencimento e identidade, dois conceitos fundamentais para entender como as pessoas se relacionam com o mundo e consigo mesmas, no contexto das sociedades contemporâneas são marcadas por mudanças rápidas, globalização, diversidade cultural e avanços tecnológicos. Os processos criam dinâmicas complexas e até paradoxais, ou seja, situações que parecem contraditórias, mas coexistem. Tanto o pertencimento quanto a identidade estão inseridos em um contexto social e cultural cheio de contradições. As pessoas buscam pertencer a grupos ou comunidades, mas ao mesmo tempo valorizam sua individualidade.

Esses paradoxos refletem a tensão entre o desejo de conexão e o desejo de diferenciação. E apesar de serem diferentes, os conceitos de pertencimento e identidade são semelhantes e se misturam em algumas situações. A identidade pode estar ligada ao pertencimento, já que parte de quem somos vem dos grupos aos quais pertencemos, com berço familiar, cultural ou religioso. Essa identidade também não é fixa, ela muda ao longo da vida conforme vivemos novas experiências, aprendemos coisas novas e interagimos com diferentes culturas e ideias. É comum se ter uma identidade baseada na sua origem familiar, mas essa identidade muda quando se entra em contato com outras culturas ou desenvolve novos interesses.

O pertencimento, por outro lado, está sendo "desconstruído". Isso significa que as formas tradicionais de pertencimento, como pertencer a uma família, uma comunidade local ou uma nação, estão perdendo força nas sociedades modernas. Hoje, as pessoas pertencem a múltiplos grupos simultaneamente, principalmente em meio *online*. E este fator torna o conceito de pertencimento mais fluido e menos definido.

Os processos de identidade e pertencimento perpassam por três fases várias vezes ao longo das vivências e experiências. Durante a fase construção, cria-se uma identidade e busca-se pertencer a algo. Na fase da desconstrução, questiona-se ou rejeita antigas formas de pertencimento e identidade. E na reconstrução se reforma a identidade e encontram-se novas formas de pertencimento. Para Castells (2002, p.22), essas fases estão diretamente atreladas

ao conceber da identidade, observando como sendo a “fonte de significado e experiência de um povo”.

Já para Bauman (2005, p.26), o conceito de identidade surgiu como resposta a uma "crise" no pertencimento. Em outros contextos históricos e sociais, as pessoas geralmente se sentiam seguras e definidas por seu pertencimento a comunidades locais, como aldeias, tribos ou famílias. Esses grupos forneciam uma sensação de estabilidade e segurança. No entanto, com as mudanças sociais, culturais e econômicas das últimas centenas de anos, como a industrialização, urbanização e globalização, essas formas tradicionais de pertencimento começaram a enfraquecer. Isso criou uma "crise": as pessoas perderam parte dessa segurança local e tiveram que buscar novas formas de se definir — foi aí que o conceito de identidade ganhou força.

### **3.2 Pertencimento Social**

Este pertencimento social traz a sensação de ser parte integrante de um grupo, comunidade ou sociedade. Essa é uma necessidade fundamental para o bem-estar emocional e psicológico dos indivíduos, ao envolver o reconhecimento, a aceitação e a valorização por parte dos outros e, conseqüentemente, na sociedade na totalidade. O pertencimento social vai além de simplesmente fazer parte de um grupo, ele está relacionado ao sentimento de conexão e importância dentro desse contexto coletivo social.

O ser humano, por sua natureza, busca relacionamentos e a interação social com seus semelhantes. Desde a infância, as pessoas vêm desenvolvendo laços afetivos e sociais com familiares, amigos e colegas, e esses relacionamentos moldam a identidade e influenciam o comportamento a ser seguido. O sentimento de pertencimento social contribui para a autoestima, a confiança e o sentido de propósito, já que estar conectado a um grupo pode proporcionar apoio emocional e validação.

No contexto das comunidades, sejam elas físicas ou virtuais, o pertencimento social é crucial para a coesão e a cooperação. Quando as pessoas se sentem aceitas e integradas, elas tendem a participar mais ativamente e motivadamente, contribuindo para o bem comum e fortalecendo os laços entre os membros do grupo participante. Em ambientes de trabalho, por exemplo, o pertencimento social pode aumentar a motivação e a produtividade, pois os funcionários que se sentem parte de uma equipe e “vestem a camisa” da organização, tendem a estarem mais engajados e satisfeitos.

Entretanto, essa mesma falta de pertencimento social pode ter efeitos negativos profundos. Indivíduos que se sentem excluídos ou marginalizados podem experimentar sentimentos de solidão, ansiedade e depressão. A exclusão social pode ocorrer devido a diferenças culturais, sociais, econômicas ou ideológicas, e pode levar ao isolamento, prejudicando tanto o indivíduo quanto a sociedade na totalidade. Além disso, ao longo da história do mundo pôde ser observado os fatores que uma segregação e isolamentos sociais causaram.

Promover o pertencimento social é essencial para construir uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Isso envolve criar espaços onde todos possam se sentir valorizados e respeitados, independentemente de suas diferenças. Iniciativas como a inclusão social, a diversidade e a igualdade de oportunidades são fundamentais para garantir que todos possam encontrar um lugar onde se sintam pertencentes e possam contribuir plenamente para a comunidade.

#### **4 – O COLETIVO MULHERES NEGRAS DA PERIFERIA**

No ano de 2019, no bairro Coroadinho, localizado na periferia da cidade de São Luís, Maranhão – que até então era reconhecido como a quarta maior favela do Brasil –, emergiu uma iniciativa inovadora e transformadora impulsionada pela mobilização coletiva de jovens mulheres negras residentes na comunidade. Essas mulheres, movidas por um profundo sentimento de inquietação e pela ausência de pertencimento em espaços de representação social e política, deram origem ao Coletivo Mulheres Negras de Periferia. A criação desse coletivo foi motivada pela constatação de uma lacuna significativa: a invisibilidade das demandas e pautas específicas das mulheres negras moradoras de áreas periféricas, especialmente no que diz respeito à equidade racial, gênero e classe social.

Figura 4 - Casa das Pretas



Fonte: Reprodução do Instagram do Coletivo Mulheres Negras da Periferia

Desde sua fundação, o Coletivo assumiu como objetivo central o fortalecimento das mulheres negras e periféricas, que enfrentam situações de múltiplas vulnerabilidades estruturais, incluindo racismo, machismo, exclusão econômica e marginalização social. Contudo, com o passar dos anos e a evolução das necessidades da comunidade, as ações do Coletivo foram ampliadas para abranger também a juventude residente nas áreas periféricas, reconhecendo a importância de engajar essa parcela da população em processos de transformação social e cultural.

As atividades desenvolvidas pelo Coletivo Mulheres Negras de Periferia estão profundamente ancoradas em pilares fundamentais, tais como a promoção da equidade racial, a geração de renda, a valorização da cultura local e o combate à pobreza. O enfoque principal dessas ações é o fortalecimento da população negra e periférica, por meio de iniciativas que integram assistencialismo social, arte, cultura, formação educacional e diálogos críticos sobre a historicidade, resistência e lutas das mulheres negras e da juventude periférica. Essas práticas refletem um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, que reconheça e valorize as contribuições históricas e culturais das populações marginalizadas.

Figura 5 - Ação na Casa das Pretas



Fonte: Reprodução do Instagram do Coletivo Mulheres Negras da Periferia

Ao longo de sua trajetória, o Coletivo impactou significativamente a vida de milhares de famílias residentes no Coroadinho e em regiões adjacentes. Estima-se que mais de 4.000 famílias tenham sido beneficiadas por meio de ações voltadas ao combate à fome, como a distribuição de cestas básicas, cartões de alimentação, vale-gás e absorventes. Esses recursos foram viabilizados por meio de parcerias estratégicas com organizações públicas, privadas e da sociedade civil, demonstrando a capacidade do Coletivo de articular redes de solidariedade e apoio.

Além disso, o Coletivo implementou projetos específicos para enfrentar questões urgentes que afetam diretamente a qualidade de vida das populações periféricas. Um exemplo notável é o projeto "Elas sem Tabu", que busca combater a pobreza menstrual, promovendo debates e ações práticas para garantir o acesso a produtos de higiene menstrual para mulheres em situação de vulnerabilidade. Outro destaque são as iniciativas voltadas para a valorização da cultura e do lazer, como o "Cine Coroadinho", que proporciona exibições cinematográficas gratuitas para a comunidade, e a "Pretoteca", um espaço dedicado à preservação e disseminação de obras literárias e materiais culturais produzidos por autores negros.

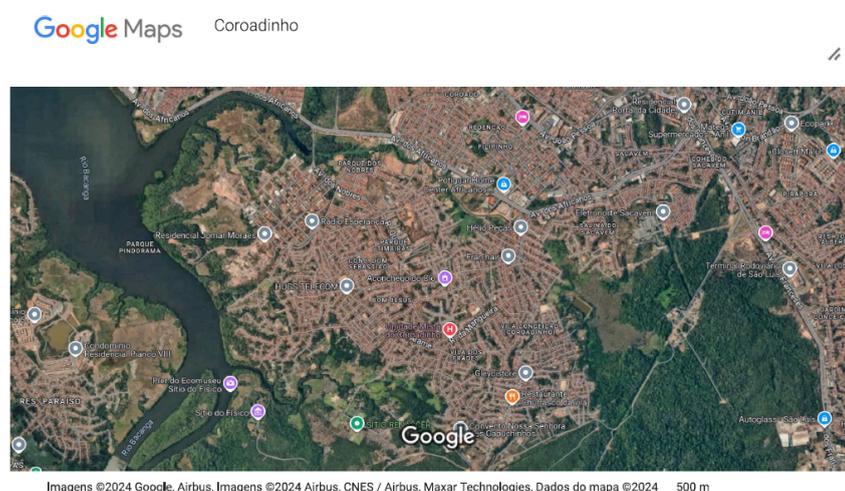
O Coletivo também se destacou na luta contra o racismo ambiental estrutural, promovendo reflexões e ações concretas para mitigar os impactos socioambientais que afetam as populações periféricas. Nesse contexto, o projeto "Caminhos das Pretas" merece destaque, pois utiliza a mobilidade urbana por meio de bicicletas como ferramenta de empoderamento e conscientização ambiental, além de facilitar o acesso das mulheres a diferentes pontos da cidade.

Também foi idealizado, pelo Coletivo, diversos projetos de formação e capacitação profissional direcionados às mulheres do Coroadinho. Esses cursos abrangem áreas diversas, desde a estética e beleza – como os cursos de trancistas e maquiagem – até a gastronomia, oferecendo oportunidades de qualificação e inserção no mercado de trabalho. Essas iniciativas não apenas promovem a autonomia econômica das participantes, mas também reafirmam a importância do protagonismo feminino negro na construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

#### **4.1 O contexto comunitário do Coroadinho**

Ao longo de sua trajetória histórica, a comunidade do Coroadinho foi constituída majoritariamente por migrantes oriundos do interior do Maranhão, a partir da década de 1980. O desenvolvimento do Coroadinho ocorreu por meio da ocupação gradual de áreas adjacentes, que atualmente compõem o território da comunidade, entre elas Vila Conceição, Bom Jesus, Vila Primavera, Vila dos Frades, Sítio do Pica-pau Amarelo, Vila São Sebastião, Alto do São Francisco, Vila Pocinha e Vila Nice Lobão.

Figura 6 - Visão via Satélite da comunidade do Coroadinho



Fonte: Google Maps

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, o Coroadinho foi classificado como a quarta maior favela do Brasil. O IBGE define favela como uma ocupação realizada de forma precária, caracterizada por moradias construídas em padrões urbanísticos irregulares, frequentemente associadas a riscos ambientais e à carência de serviços públicos essenciais.

Após um intervalo de 12 anos, houve um crescimento no número de domicílios no bairro, porém com uma diminuição no número de moradores. Em 2010, o Censo Demográfico registrou 14.278 domicílios e uma população de 53.945 habitantes. Em 2022, o número de residências aumentou para 18.331, enquanto o número de habitantes caiu para 52.069. Nesse mesmo período, o Coroadinho passou a ocupar a oitava posição entre as maiores favelas do país.

Veja abaixo o ranking de favelas por número de domicílios, em 2022

Quadro 1 - Ranking de favelas por número de domicílios

<b>RANKING DE FAVELAS POR NÚMERO DE DOMICÍLIOS</b>				
ANO	POSIÇÃO	FAVELA	CIDADE	NÚMERO DE DOMICÍLIOS
2022	1º	Sol Nascente	Brasília	32.081
2022	2º	Rocinha	Rio de Janeiro	30.955
2022	3º	Rio das Pedras	Rio de Janeiro	27.573
2022	4º	Beiru/Tancredo Neves	Salvador	20.210
2022	5º	Heliópolis	São Paulo	20.016
2022	6º	Paraisópolis	São Paulo	18.912
2022	7º	Pernambuéis	Salvador	18.662
2022	8º	Coroadinho	São Luís	18.331

2022	9°	Cidade de Deus/Alfredo Nascimento	Manaus	17.721
2022	10°	Comunidade São Lucas	Manaus	17.666
2022	11°	Baixada da Estrada Nova Jurunas	Belém	15.601
2022	12°	Alto Santa Teresina - Morro de Hemeterio - Skylab-Alto Zé Bon	Recife	13.040
2022	13°	Assentamento Sideral	Belém	12.177
2022	14°	Jacarezinho	Rio de Janeiro	12.136
2022	15°	Valéria	Rio de Janeiro	12.072
2022	16°	Baixadas da Condor	Belém	11.462
2022	17°	Bacia do Una-Pereira	Belém	11.453

2022	18°	Zumbi dos Palmares/Nova Luz	Belém	11.326
2022	19°	Santa Etelvina	Manaus	10.460
2022	20°	Cidade Olímpica	São Luís	10.378

Fonte: Censo do IBGE, 2022.

No que tange à economia local, a entidade filantrópica Outdoor Social conduziu uma pesquisa nacional que posicionou o Coroadinho em sexto lugar entre as dez comunidades com mais de 15 mil empregos formais registrados. A pesquisa utilizou dados do IBGE, operadoras de cartão de crédito, Banco Central, Receita Federal e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). O estudo indicou que a comunidade possuía 104 micro e pequenas empresas, 958 microempreendedores individuais e 1.365 comércios cadastrados.

Um aspecto notável revelado por essa pesquisa é o impacto econômico gerado pela comunidade, que, através de seus empreendedores e comerciantes, criou mais de 1.800 empregos, movimentando um consumo anual de 663 milhões de reais. As principais atividades econômicas do bairro incluem o comércio de roupas, lanchonetes e restaurantes, mercados e supermercados, e estabelecimentos de beleza, respectivamente.

Em 2020, o então prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, sancionou a Lei Municipal nº 6.658, proposta pelo vereador Nato Júnior, que instituiu o mês de março como data oficial de celebração do aniversário do bairro, inserindo o evento no calendário oficial da cidade.

#### **4.2 Produções do Coletivo**

O coletivo desenvolve suas atividades em diversas frentes, buscando promover o fortalecimento identitário e combater discriminações relacionadas à raça, cor e credo. Na

frente social, implementa ações estratégicas que visam fortalecer as identidades culturais e enfrentar desigualdades históricas. Já na frente cultural, o coletivo organiza atividades voltadas especialmente para crianças e mulheres, como as tradicionais rodas de tambor de crioula e o projeto Tambor das Pretas. Este último é conduzido pelo grupo cultural Filhas de São Benedito, composto por integrantes do próprio coletivo, e inclui aulas do Tambor Mirim, destinadas a meninos e meninas entre 6 e 15 anos. Essas aulas enfatizam práticas de dança e percussão, estimulando tanto o resgate cultural quanto a construção da identidade individual de cada participante.

Na frente educacional, o coletivo amplia seu impacto ao oferecer atividades formativas para crianças e adultos da comunidade. Para as crianças, são disponibilizadas aulas de capoeira, jiu-jitsu e muay thai, realizadas no período noturno na Casa das Pretas. Já para as mulheres adultas, há uma série de cursos voltados para o empoderamento e qualificação profissional, como o Curso de Trança, Aulas de Gastronomia (com foco em doces e salgados) e Aulas de Maquiagem, organizadas em turmas e turnos flexíveis. Como suporte adicional às atividades educacionais, o coletivo mantém a Pretoteca, uma biblioteca comunitária localizada na Casa das Pretas, que serve como espaço de pesquisa e auxílio pedagógico para os moradores da região.

Mais recentemente, o coletivo expandiu sua atuação para a frente ambiental, engajando-se em iniciativas que combatem a discriminação territorial e o racismo ambiental. Entre os projetos destacados estão o A Favela tá no Clima, o Caminho das Pretas e a participação na campanha Amazônia de Pé, que reforçam o compromisso do coletivo com a luta por justiça socioambiental e a valorização dos territórios periféricos.

Dessa forma, o coletivo demonstra uma atuação transversal e multifacetada, abrangendo dimensões sociais, culturais, educacionais e ambientais, com o objetivo de promover transformações significativas na comunidade e no enfrentamento de desigualdades estruturais.

Quadro 2 - Ações do Coletivo Mulheres Negras da Periferia

<b>AÇÕES DO COLETIVO:</b>	<b>FRENTE DE ATUAÇÃO:</b>
Projeto "A favela tá no clima"	Racismo Ambiental
Pretoteca	Educação

Caminho das Pretas	Racismo Ambiental
Aula de Capoeira	Educação
Aula de Jiu Jitsu	Educação
Aula de Muay Thai	Educação
Ação de Páscoa	Social
Curso de Trança	Educação
Tambor das Pretas – Tambor de Crioula – Filhas de São Benedito – Tambor Mirim	Cultura
Projeto Pertencer	Cultura
Samba de Terreiro	Cultura
Amazônia de Pé	Racismo Ambiental
Ações do CRAS na Casa das Pretas	Social
Ação de Dia das Crianças	Social
A Ceia do Povo – Ação de Natal	Social
Aulas de Gastronomia – Doces e Salgados	Educação
Cozinha Comunitária	Social

Fonte: Autoria própria.

### 4.3 Casa das Pretas

A cultura e a religiosidade são elementos fundamentais na construção da identidade de um povo, especialmente quando se trata de comunidades historicamente marginalizadas. Em 2022, foi inaugurado o Centro Cultural Casa das Pretas, uma iniciativa que nasce com o propósito de resgatar, preservar e promover a ancestralidade e os valores culturais locais, enquanto atua como um espaço de acolhimento, luta e transformação social.

A Casa das Pretas é mais do que um local físico, representa um viés cultural que busca reafirmar a importância da herança ancestral preta e maranhense, valorizando as tradições, saberes e manifestações culturais que foram silenciados ou subjugados ao longo da história. A religiosidade, em especial, ocupa um lugar central nesse processo. A Casa das Pretas abraça as práticas religiosas de matriz africana, reconhecendo-as como patrimônio imaterial que conecta as gerações presentes às suas raízes ancestrais. Esse respeito à

diversidade espiritual não apenas fortalece a identidade coletiva, mas também combate preconceitos e estigmas que ainda permeiam essas tradições.

Concebido como um espaço dedicado à valorização e resgate da cultura do Maranhão e ancestral, a Casa das Pretas desempenha um papel crucial no atendimento às demandas da comunidade da comunidade do Coroadinho. Ela oferece atividades que vão desde rodas de conversa e oficinas culturais até atendimentos do posto de saúde e do CRAS. Além disso, a Casa das Pretas funciona como um ponto de encontro para aqueles que buscam apoio, orientação e espaços de convivência, reforçando sua missão de ser um local de acolhimento e pertencimento.

#### 4.4 Resultados

O Tambor de Crioula Mirim é uma das práticas culturais do Coletivo Mulheres Negras da Periferia que busca preservar e transmitir os valores, tradições e saberes associados à manifestação tradicional do Tambor de Crioula, adaptada para o público infantil. Essa iniciativa visa proporcionar às crianças da comunidade um contato direto com as expressões culturais maranhenses, promovendo a valorização da diversidade cultural e a continuidade das tradições ancestrais.

Figura 7 - Tambor de Crioula Mirim



Fonte: Reprodução do Instagram do Coletivo Mulheres Negras da Periferia

Essa prática cultural ocorre por meio de turmas fechadas, organizadas mediante inscrições prévias. Para garantir o engajamento e a responsabilidade no processo de aprendizagem, exige-se o comprometimento dos responsáveis das crianças participantes. Esse formato estruturado contribui para a formação de um ambiente educativo e respeitoso,

no qual os jovens aprendizes possam se integrar plenamente aos ritmos, danças e narrativas culturais inerentes ao Tambor de Crioula.

O público-alvo dessa atividade abrange crianças e adolescentes em faixas etárias específicas, geralmente compreendidas entre 7 e 12 anos ou 6 e 15 anos, dependendo dos critérios estabelecidos pelo Coletivo. Essa amplitude etária permite incluir diferentes estágios de desenvolvimento físico e cognitivo, facilitando a adaptação dos conteúdos e dinâmicas às capacidades individuais dos participantes.

Embora o Coletivo Mulheres Negras de Periferia não utilize explicitamente o termo *Relações Públicas* para nomear suas ações, suas práticas comunicativas e culturais refletem os princípios fundamentais das relações públicas comunitárias. Ao adotar uma abordagem sensível e estratégica em suas atividades, o coletivo demonstra como é possível planejar, executar e disseminar iniciativas que atendam às demandas específicas de seu público-alvo, contribuindo para a construção de diálogos significativos entre comunidades periféricas e a sociedade em geral.

A etapa inicial de pesquisar os públicos, investigar as demandas, é essencial em qualquer estratégia de Relações Públicas, permitindo que o Coletivo compreenda as necessidades e desafios enfrentados pelas mulheres negras que residem nesse contexto de vulnerabilidade social. A partir dessa análise, há um planejamento cuidadoso que busca suprir tais demandas por meio de ações concretas e impactantes. Esse processo evidencia a importância de um olhar sensível e empático, característica central ao exercício eficaz das Relações Públicas, que visa estabelecer vínculos autênticos e duradouros entre organizações e comunidades.

Um exemplo emblemático dessa prática é o curso de trançista, oferecido pelo coletivo. Embora muitas dessas mulheres não tenham recebido formação formal sobre técnicas de trançar cabelos, elas desenvolveram habilidades através da prática. Essa iniciativa não apenas promove a valorização da cultura preta, mas também cria oportunidades econômicas e fortalece a autoestima das participantes. Além disso, o curso serve como um instrumento de visibilidade para questões urgentes enfrentadas pela comunidade, destacando a ausência de políticas públicas que atendam às necessidades específicas dessas mulheres.

Outro componente crucial das ações do coletivo é a divulgação estratégica de suas atividades. Ao tornar público o trabalho realizado, o grupo chama a atenção da sociedade para a existência de uma comunidade carente de políticas públicas estruturais e inclusivas. Essa prática de comunicação institucionalizada tem como objetivo não apenas informar,

mas também mobilizar recursos, engajar parceiros e sensibilizar agentes decisores sobre a relevância das pautas defendidas pelo coletivo. Nesse sentido, o Coletivo Mulheres Negras de Periferia atua como um mediador entre sua comunidade e outros setores da sociedade, promovendo diálogos que podem resultar em transformações sociais significativas.

As atividades comunicativas e culturais realizadas pelo Coletivo Mulheres Negras de Periferia ilustram como as práticas de Relações Públicas podem ser aplicadas mesmo sem a utilização formal do termo. Através de um ciclo que envolve pesquisa, planejamento, execução e divulgação de ações, o coletivo demonstra a capacidade de identificar e atender às demandas de seu público-alvo, promovendo impactos positivos tanto no nível individual quanto no coletivo. Dessa forma, o trabalho desenvolvido por essas mulheres se configura como um modelo a ser observado e replicado, especialmente em contextos onde a escassez de políticas públicas exige soluções inovadoras e colaborativas.

## **5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As temáticas de relações públicas comunitárias no contexto de coletivos, que foram abordadas ao longo deste estudo revelam a complexidade das dinâmicas culturais, sociais e identitárias que permeiam as lutas por reconhecimento, pertencimento e constante transformação. A relação entre pertencimento e identidade, conceitos centrais nas reflexões sobre a construção do indivíduo e do Coletivo Mulheres Negras da Periferia, evidencia-se como um processo em constante movimento, marcado pela riqueza cultural e ancestralidade.

Nesse contexto, destaca-se a relevância das ações e feitos do Coletivo Mulheres Negras da Periferias, através da Casa das Preta. Mais do que um movimento social, a Casa das Pretas é um símbolo de resistência e acolhimento, que respeita e preserva a ancestralidade enquanto atende às demandas da comunidade do Coroadinho. Sua atuação multifacetada – abrangendo frentes social, cultural, educacional e ambiental – demonstra o potencial transformador de iniciativas que se ancoram na valorização da diversidade cultural e no combate às desigualdades estruturais.

Por fim, este estudo reitera a necessidade de enxergar a comunicação existente nas formativas culturais, a religiosidade e a ancestralidade como pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. As lutas por reconhecimento e transformação social não podem ser dissociadas do respeito às identidades coletivas e

individuais, nem do compromisso com a preservação das memórias e saberes ancestrais. O exemplo da Casa das Pretas nos ensina que, ao valorizar a diversidade e promover espaços de acolhimento e resistência, é possível construir pontes entre o passado, o presente e o futuro, pavimentando caminhos para um mundo mais equitativo e humano.

## REFERÊNCIAS

BARROS, M. S. G.; SANTANA, A. M. S. de; ROCHA, A. B. P.; DIAS, S. M. M. **Comunicação popular e mídia antirracista: o papel das plataformas online no empoderamento do povo negro.** In: XXI CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 21, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna.** São Paulo: Paulus, 1997.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CASTELLS, M. O poder da identidade. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2). São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

FESTA, Regina. **Comunicação popular e alternativa — a realidade e as utopias.** Dissertação de mestrado. São Bernardo do Campo, 1984.

**História das Relações Públicas: fragmentos da memória de uma área.** Cláudia Peixoto de Moura (Org.) Porto Alegre–RS: EdiPUCRS, 2008. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/livros/historiarp.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2024.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Relações Públicas e Comunicação Organizacional: das práticas à institucionalização acadêmica. **Organicom**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 10–11, p. 49–56, 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2009.139003>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/article/view/139003>. Acesso em: 4 jun. 2024.

KUNSCH, M. M. K. Relações Públicas no Brasil: retrospectiva, evolução conceitual e das práticas profissionais. EM: KUNSCH, M. M. K.; LIMA, F. P.; DE OLIVEIRA SAMPAIO., A. (ONGs.). **COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS: 15 ANOS DA ABRAPCORP.** Salvador–BA: Edufba, 2022. p. 15–35. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003083499.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2024.

KUNSCH, Margarida K. K. Dimensões e perspectivas das relações públicas comunitárias. In: KUNSCH, M.; MK. KUNSCH. W. L. (Orgs.) **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora.** São Paulo: Summus, 2007. p.165-180.

KUNSCH, Waldemar L. Resgate histórico das relações públicas comunitárias no Brasil. In: KUNSCH, M.; M.K. KUNSCH, W. L. (Orgs.) Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. p. 107-123.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Editora 34. São Paulo, 2001

LÉVY, Pierre. O que é o virtual? Editora 34. São Paulo, 2007

MELO, José Marques de. **Teoria e metodologia da comunicação**: tendências do século XXI. São Paulo: Editora Paulus, 2014. 544 p.

NASSAR, P.; DE FARIAS, L. A.; DE OLIVEIRA., M. F. Cenário histórico das relações públicas no Brasil. **ORGANICOM**, ANO 13, NÚMERO 24, p. 151, 1º. sem. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139324/134665>. Acesso em: 4 jun. 2024.

PERUZZO, C. M. K. Interfaces entre Comunicação Comunitária e Relações Públicas Populares. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, v. 43º. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL, n. 1º a 10/12/2020, 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1956-1.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2024.

PERUZZO, C. M. K. RELAÇÕES PÚBLICAS COM A COMUNIDADE: uma agenda para o século XXI. **Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho “Relações Públicas”, da Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, p. XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 03 a 09 de setembro de 1999. Rio de Janeiro-RJ, 1999. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/138e83f4ce80b268ee70c7bca4dfe2cd.PD...> Acesso em: 4 jun. 2024.

PERUZZO, C. M. K. Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária. **Famecos**, p. v. 24, n. 1, janeiro, fevereiro, março e abril de 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/24207/15002>. Acesso em: 4 jun. 2024.

PERUZZO, C. M. K.; BASSI, I. G.; JUNIOR., C. H. F. Diálogo em Paulo Freire nas interfaces com a comunicação popular e comunitária e a pesquisa participante. **Artigos Nacionais. comunicação & educação**. Ano XXVII., número2, jul/dez. 2022, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comeduc/article/view/192916/188671>. Acesso em: 4 jun. 2024.

KROHLING PERUZZO, C. M. Relações Públicas nos Movimentos Sociais e “Comunidades”: princípios, estratégias e atividades. 2008. Disponível em: [https://www.abrapcorp2.org.br/anais2008/gt5\\_krohling.pdf](https://www.abrapcorp2.org.br/anais2008/gt5_krohling.pdf).

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 2004.

RHEINGOLD, Howard. A comunidade virtual. Editora Gradiva. Lisboa, 1993.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Coleção: Feminismos Plurais).

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TOVAR DA SILVA, Marcella Rodrigues; FÉLIX, Carla Baiense. AS ONDAS DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO BRASIL a partir da análise da Rede Mocaronga de Comunicação Popular. **Revista de Comunicação Dialógica**, [S. l.], n. 5, p. 75–100, 2021. DOI: 10.12957/rcd.2021.59904.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rcd/article/view/59904>. Acesso em: 5 jun. 2024.